

Biopolítica e medicalização: articulações entre o saber médico e o saber pedagógico

Biopolitics and medicalization: articulations between medical knowledge and pedagogical knowledge

Biopolitica y medicalización: articulaciones entre el saber médico y el saber pedagógico

Carlos Augusto Ferreira Kopp – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)
Camila Francisca da Rosa – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

RESUMO

A educação é entendida como espaço privilegiado de regulação e captura dos sujeitos e dos seus processos de subjetivação dada a sua possibilidade de atingir a globalidade, ou seja, é uma importante estratégia para o governo biopolítico – o governo sobre a vida do corpo-espécie da população. O artigo objetiva analisar a relação entre os saberes pedagógico e médico na constituição do sujeito-aluno, visto que, cada vez mais, a medicalização dos jovens, sob a égide discursiva do melhoramento da aprendizagem, tem gerado efeitos constituidores dentro do espaço escolar, na prática docente e na constituição dos sujeitos inseridos nesse espaço. Como *corpus* discursivo deste trabalho, foram analisados o Programa Saúde na Escola e reportagens da Revista Nova Escola, para entender a produção de sujeitos constituídos na relação entre saber médico e saber pedagógico.

Palavras-chave: biopolítica; medicalização; educação.

ABSTRACT

Education is known as a space of regulation and capture of subjects because of its global reach, in other words, it is an important strategy of biopolitical government – the ruling of population's species- body's life. This paper aims to analyze the relation between pedagogical and medical knowledge in the constitution of the student-subject, since increasingly the medicalization of young adults under the discursive aegis of improving learning has affected the scholar space, the teaching practice and the constitution of subjects in this space. As a discursive *corpus* the Program Saúde na Escola and articles from the Nova Escola journal were analyzed in order to understand the production of subjects in the relationship between pedagogical and medical knowledge.

Keywords: biopolitics; medicalization; education.

RESUMEN

La educación es entendida como espacio privilegiado de regulación y captura del sujeto dada su posibilidad de alcanzar la globalidad, eso es, una importante estrategia para la gobernación biopolítica – el gobierno sobre la vida del cuerpo – especie de la población. El artículo objetiva analizar la relación entre los saberes pedagógico y

médico en la constitución del sujeto – alumno, visto que, cada vez más, la medicalización de los jóvenes bajo la égida discursiva de la mejora del aprendizaje ha estado generando efectos constituidores dentro del espacio escolar, en la práctica docente en la constitución de los sujetos insertados en ese espacio. Como *corpus* discursivo de este trabajo, han sido analizados el Programa de Saúde na Escola y reportajes de la revista Nova Escola, para entender la producción de sujetos construidos en la relación entre saber médico y saber pedagógico.

Palabras-clave: biopolítica; medicalización; educación.

Introdução

Devido ao seu caráter global e por ser um importante espaço de circulação de sujeitos, a escola constitui-se como um campo de disputas – sejam elas políticas, ideológicas ou até mesmo religiosas. O campo da educação é atravessado por diversos discursos, que tensionam os processos de constituição dos sujeitos e influenciam não apenas o currículo, mas os sentidos da formação escolar como um todo. Nessa direção, propomos problematizar como a emergência do saber médico vem influenciando o campo da educação, tomando como *corpus* discursivo o Programa Saúde na Escola (PSE) e matérias disponíveis no *site* do periódico *Nova Escola*, tendo em vista as novas configurações discursivas potencializadas pelo discurso neoliberal, como a formação constante, a autonomia e o governo de si.

Para tanto, organizamos este artigo em três eixos. No primeiro, lançamos os conceitos de biopolítica e medicalização, baseando-nos nos estudos de Michel Foucault e nas possibilidades de análise da pesquisa em educação levando em consideração as relações de poder-saber pensadas pelo filósofo francês. No segundo eixo, traçamos uma breve trajetória da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, nos anos 30, até a contemporaneidade, pensando as transformações nas instituições de ensino frente ao neoliberalismo, como, por exemplo, a emergência da formação constante como um ímpeto dos processos de educabilidade. No terceiro e último eixo, problematizamos a influência do discurso médico no campo pedagógico a partir da análise de matérias veiculadas na revista *Nova Escola* e do PSE, do Governo Federal.

Biopolítica e medicalização: ferramentas para pensar a contemporaneidade

Com o objetivo de analisar os processos de medicalização da educação contemporâneos, abrimos a “caixa de ferramentas”, desenvolvida por Michel Foucault (2012), em busca de conceitos que possam nos auxiliar na compreensão

deste fenômeno. Assim, nessa seção do texto, destacamos os conceitos de *biopolítica* e *medicalização*, pensando-os como condutores dos processos de subjetivação.

Em sua genealogia, Michel Foucault (2013) debruçou-se a analisar as relações de poder para compreender como estas constituíam os sujeitos, tomando os processos de subjetivação como históricos, ou seja, como resultados de diversos atravessamentos discursivos dentro das relações de saber-poder nas quais os sujeitos estão inseridos.

O conceito de biopolítica dá continuidade à análise das relações de poder desenvolvidas por Foucault, na década de 1970. Entretanto, é apresentado como uma nova tecnologia, centrada nos fenômenos biológicos e inserindo a vida na esfera política. Nas palavras do autor,

não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder (ou, enfim, com o corpo social tal como definem os juristas); não é tampouco com o indivíduo-corpo, com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de “população”. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...] (2010, p. 206).

A biopolítica é uma ferramenta conceitual que se caracteriza pela promoção da vida dos sujeitos, compreendidos agora como uma população, um corpo-espécie a ser governado. É nesse contexto, também, que surge a estatística – a ciência do Estado –, responsável por possibilitar um maior conhecimento da população. Através da quantificação e da análise de fenômenos da vida, como as taxas de natalidade, mortalidade, as epidemias, entre outros fenômenos que o filósofo denomina como “mais ou menos espontâneos” (FOUCAULT, 2010, p. 204), a biopolítica, enquanto a tradução da positividade do poder e de sua produtividade, estabelece estratégias de investimento e regulação da globalidade. Segundo Foucault, com a desqualificação da morte e positivação da vida, há uma necessidade de:

estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder ficar em equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos [...] (2010, p. 207).

Nessa configuração teórica, cabe destacar a relação entre a biopolítica e o saber médico, visto que este é um dos campos científicos de que a biopolítica dispõe para lançar seus mecanismos e dispositivos de regulação e manutenção do corpo-

espécie. Assim, a medicina, de acordo com Foucault (2010), insere-se em um amplo processo de higienização pública, “com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população” (p. 205).

De acordo com Foucault (2016), a medicalização consiste na emergência do discurso médico e seu deslocamento para outras áreas do conhecimento e esferas da sociedade. Desta forma, a medicina deixa de atuar apenas no corpo dos indivíduos enfermos e passa a conduzir os processos de higiene, saneamento e prevenção de doenças, bem como, a promoção de novos hábitos de comportamento.

A medicina constitui-se como um importante campo de saber na racionalidade biopolítica, pois é o saber médico que legitima os padrões de normalidade, ou seja, os padrões que governam e regulam os sujeitos. De acordo com Carvalho et al (2015, p. 1257) “efetua-se, aqui, uma dobra que envolve, no mesmo processo, poderes, saberes e produção de subjetividade”.

Assim, pensamos que os conceitos de biopolítica e medicalização podem contribuir na pesquisa em educação levando em consideração que a escola é um espaço atravessado pelo saber médico e de constituição de sujeitos dentro dos processos de normalização.

Saber médico e saber pedagógico: breves considerações históricas

A partir do conceito de biopolítica, discutido no eixo anterior, problematizamos agora as relações entre o saber médico e o saber pedagógico. Estes dois saberes são fundamentais se entendemos que a educação, como já mencionamos, abrange uma enorme massa de sujeitos e o saber médico, segundo Foucault, é aquele que incide tanto pelo corpo como pela população, “e que vai, portanto, ter efeitos disciplinadores e efeitos regulamentadores” (2010, p. 212).

No Brasil, há uma estreita relação entre ambos os saberes. Em 1930, no Governo Vargas, em meio aos debates acalorados de constituição de uma nação que precisava se atestar enquanto civilizada e passível de desenvolvimento, houve a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, estabelecendo uma união entre esses saberes. Esta união permaneceu até 1953, quando ocorreu seu desmembramento em dois Ministérios (PORTAL MS)¹.

¹ Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/historia-do-ministerio>>. Acesso em 07 de ago. de 2018.

Há também que se atentar ao fato de que o país passava por um processo de industrialização, especialmente a partir dos anos 30, em que interessava organizar os sujeitos, individual e coletivamente, gerir as famílias, os processos imigratórios e realizar a governação dos corpos, entenda-se mulheres, jovens, estrangeiros e negros libertos no pós-abolição (SILVA, 2007; SCHWARCZ, 2012; SKIDMORE, 2012). Até mesmo porque, como coloca Foucault (2014, p. 152), o desenvolvimento do capitalismo só pode “ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio do ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos”. Assim, a educação era a forma mais eficiente de unificação da Nação e a saúde investia em um processo de economia de forças úteis. Silva (2007, p. 47) afirma que raça, saúde, educação, moralidade e ciência compuseram os enunciados da eugenia brasileira: regular os comportamentos e moralidades era processo fundamental.

Nas primeiras décadas de 1900, o país empreendeu, por parte de seus estadistas e intelectuais, uma mudança discursiva sobre a mestiçagem já configurada como égide da população brasileira. Ao invés de nos fadar ao fracasso civilizatório, como atestavam os “homens de Estado” do final do século XIX, passou-se a positivar a mestiçagem – entendida, a partir de então, como ponte para um futuro branqueamento da população (LACERDA, 1911, *apud* SCHWARCZ, 2011). Esse ideário foi constituinte dos projetos eugênicos-higienistas traduzidos em políticas na educação e na saúde (SILVA, 2007; KOPP, 2016).

Jurandir Freire Costa (1999) empreendeu um estudo sobre a interferência da medicina social, através de políticas higiênicas, na constituição física, moral, intelectual e sexual, voltadas à vida privada dos indivíduos – seja no seio familiar ou no campo da educação. O autor ressalva que as ações de eugenia e higieina não se configuravam apenas como mera intromissão do científico no político, mas “a ciência fazia parte da política. Era um dos seus momentos. Uma de suas estratégias específicas” (1999, p. 210). Ele segue, frisando o quanto o saber médico contribuiu para a formação e regulação da população, nas narrativas da nação: “os médicos, conscientemente, punham à disposição dos governos o que sabiam ou podiam fazer para levarem os indivíduos a compactuarem com a ordem estatal” (1999, p. 210).

Tomemos como exemplo da relação médico-pedagógica a *Revista do Ensino*², periódico que circulou no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1939 a 1992.

² A Revista do Ensino surgiu como resultado da mobilização de um grupo de intelectuais, vinculado à Universidade de Porto Alegre, interessado em participar do projeto estado novista de “reconstrução nacional” (BASTOS, 2005).

No editorial do seu primeiro volume, podemos perceber o papel a ser desenvolvido pela educação na “reconstrução nacional”.

Damos corpo e forma ao velho ideal de servir à coletividade, colaborando [...] na solução do problema da formação da inteligência nacional, obra da educação organizada que se reveste de importância máxima sobretudo na fase atual, caracterizada pelo nacionalista e patriótico da reconstrução do país, e afirmação de sua existência como nação livre e soberana no conceito internacional” (DINIZ, 1939, p. 7).

Conforme Pery Pinto Diniz (1939), ao assumir o papel de solucionar o “problema da formação da inteligência nacional”, a *Revista do Ensino* coloca-se não apenas como um periódico do campo educacional, mas também de divulgação científica, apresentando resultados de pesquisas realizadas por “técnicos especializados” e propagando práticas pedagógicas e normas que visavam conduzir o comportamento docente. Nessa direção, a *Revista do Ensino* pode ser compreendida como um dispositivo de governo populacional biopolítico, em razão de servir como fio condutor do saber médico e legitimar sua relação com a pedagogia “oficial”.

Destacamos também o corpo autoral da revista, que contou com uma pluralidade de profissionais e elementos abordados na condução de uma pedagogia higienizada, de acordo com os enunciados do saber médico.

Os textos, escritos majoritariamente por médicos e servidores do Departamento Estadual de Saúde, abordavam temas como a identificação de sintomas de doenças, o ensino de hábitos de higiene, a criação de ambientes escolares a partir de padrões sanitários, a alimentação saudável, entre outros, transformando o professor em um aliado dos profissionais da saúde (KOPP, 2016, p. 3-4).

A saúde também passava a ser educativa e a escola, por meio de práticas de higiene e de disciplina, realizava o controle social de uma população que se visava homogeneizar. Tornar a educação uma aliada da medicina é gerir os processos de regulação dos sujeitos através da adesão da população aos saberes-poderes médico e educacional. A *Revista do Ensino* é ilustrativa para entendermos a mídia enquanto importante veículo de (re)produção de discursos e relações de poder. Mais ainda, para exemplificar como a população é normalizada por processos estratégicos que fazem uso tanto da educação como da medicina a fim de atingir fins convenientes – entendidos dentro das relações de poder.

Se, no processo de construção do corpo-espécie da população brasileira, a educação contribuiu para sustentar o discurso médico eugenista-higienista, na

contemporaneidade, podemos pensar como estes saberes também visam gerar corpos produtivos, agora para uma nova lógica – a neoliberal. Medicina e educação são fundamentais, novamente, na proposição de novos regimes de verdade, pois produzem corpos ágeis, dispostos e com o desejo de estarem em constante aprendizagem e investimento de si, visto que atendem aos recursos necessários de sujeitos que fazem de si próprios uma fonte de renda.

Educação, medicina e neoliberalismo: entre a aprendizagem constante e a medicalização da vida

A emergência do neoliberalismo na contemporaneidade marca novos processos de subjetivação dos sujeitos e, não sem dúvidas, faz emergir novas práticas de regulação e governo através do dispositivo pedagógico. O *ethos* neoliberal – entendido como modo de ser e estar no mundo – produz uma nova construção social que transcende o campo econômico e se torna um constituidor da sociedade, no que ela tem de global e, mais precisamente, gerando novos ordenamentos: a vida regulada como uma empresa e o sujeito subjetivado à ordem concorrencial. Segundo Foucault, o neoliberalismo tem como objetivo a constituição do mercado como um regulador da sociedade:

O governo neoliberal não tem de corrigir os efeitos destruidores do mercado sobre a sociedade. Ele não tem de constituir, de certo modo, um contraponto ou um anteparo entre a sociedade e os processos econômicos. Ele tem de intervir sobre a própria sociedade em sua trama e em sua espessura. No fundo, ele tem de intervir nessa sociedade para que os mecanismos concorrenciais, a cada instante e em cada ponto da espessura social, possam ter o papel de reguladores – e é nisso que a sua intervenção vai possibilitar o que é o seu objetivo: a constituição de um regulador de mercado geral da sociedade (2008, p. 199).

Assim, entendemos e compartilhamos a definição de neoliberalismo como “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 17). Essa subjetivação da concorrência traduz-se em constituir sujeitos que se adaptam à ideia da mudança constante, de estarem sempre investindo em si mesmos, de estarem constantemente aprendendo, de serem autônomos e de cuidarem de si. A vida passa a ser capitalizada, ou seja, passa-se a “aplicar o cálculo econômico a todas as coisas, isto é, comportar-se como uma pequena empresa” (LAGASNERIE, 2013, p. 149).

Nesse sentido é que se potencializa a educação como campo formador desses sujeitos dispostos a aprender constantemente. Noguera-Ramiréz (2011) menciona o termo sociedade educativa, cunhado para caracterizar os discursos educacionais a partir do século XIX. Inclusive, o autor faz a distinção entre três momentos “ou formas de ser dos discursos e das práticas pedagógicas” (p. 21): primeiro, é o que denomina de “momento da instrução”³ (entre os séculos XVII e XVIII) – marcado pelo *homo docibilis*; o segundo momento, iniciado no fim do século XVIII, é qualificado como o da “educação liberal”, vinculado ao discurso Iluminista da natureza humana – no qual temos o *homo civilis*; e, por fim, e de nosso interesse, o momento da sociedade educativa, que emerge a partir do século XIX, junto à ideia aprendizagem, que marca a “extensão da função educativa para além da escola e, e de outra consequente exigência, para o indivíduo habitante desse novo espaço social, de um aprendizado constante e ao longo da vida, exigência que leva a sua consideração como aprendiz permanente” (2011, p. 21) – do qual emerge o conceito de *homo discentis*.

Prefiro chamar esse novo sujeito (essa nova forma de subjetivação) de *homo discentis*, um *Homo* aprendiz permanente, definido por sua condição de ser um aprendiz ao longo da sua vida, ou melhor, um *Homo* que, para ser tal, deve aprender permanentemente, um *Homo* “plástico” (Dewey fazia referência à capacidade de aprendizagem como *plasticity*), capaz de ser moldado ou modelado, capaz de mudar ou alterar sua forma (2011, p. 17).

O *homo discenti* – ou mesmo o *homo economicus*, problematizado por Michel Foucault (2008, p. 311) – constituído nessa lógica, é entendido como “um empresário, e um empresário de si mesmo, [...] sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda”. Na denominação de Popkewitz, seria o *cosmopolita inacabado*, que o autor entende como o sujeito aprendente dessa nova sociedade – “guiado pela adesão à mudança e à inovação contínuas” (2009, p. 74). Sejam qual forem os termos cunhados pelos autores, interessa-nos entender o quanto a instituição escolar é estratégica para fazer com que o sujeito ‘aprenda a aprender’ e de forma constante e mutável, que ele faça investimentos em si e, mais ainda, que esse ordenamento prossiga, mesmo depois de cumprido seu tempo escolar.

Outro ponto importante é que a escola não mais se restringe a cumprir o ensino de disciplinas. Quando se diz que a ela cabe constituir o *homo discentis*,

³ O “momento da instrução” é “generalizado pela estreita relação estabelecida entre práticas de ensino, práticas de ‘polícia’ e processos de constituição da ‘razão do Estado’” (NOGUERA-RAMÍREZ, 2011, p. 21).

significa que a instituição precisa ensinar práticas que sejam úteis para a construção do sujeito empresário de si, como autonomia, disponibilidade, produtividade, multifuncionalidade, flexibilidade e competência. Ser investidor de si é tornar-se seu próprio capital e isso ocorre tornando a sociedade uma *sociedade de aprendizagem* – vale novamente frisar, dentro do ordenamento neoliberal.

Dora Lilia Marín-Díaz toma alguns autores para produzir a seguinte análise acerca da *sociedade de aprendizagem*:

[...] as análises de Rose e Miller (1992) – sobre a forma como agem as técnicas de governo dispersas pelo tecido social, que eles chamam de “sociedades liberais avançadas” – salientam a presença de um conjunto de tecnologias e programas através do qual são promovidas formas de governo de si que operam nos pequenos detalhes: técnicas de registro e cálculo; aprendizado de hábitos de trabalho; ações para desenvolvimento de competências profissionais; desenhos dos espaços, etc. Nesses modos de praticar a vida, é possível perceber um conjunto de técnicas agindo na produção de eus responsáveis por si mesmos, técnicas de individualização (subjetivação, nos termos dos autores) que fazem emergir valores como a autoestima, a responsabilidade, a autonomia, a competência, entre outros. Esses valores constituem “fontes de recursos” ou “ativos imateriais” que permitem a qualquer indivíduo ser “empresário de si mesmo” (MARÍN-DÍAZ, 2015, p. 227).

Nessa perspectiva é que o discurso médico se potencializa na sociedade contemporânea, pois se configura como estratégico na garantia de sujeitos saudáveis e aptos a viver nessa sociedade que exige tanto comprometimento em relação ao aprender. Afinal, essa aprendizagem constante só vai funcionar se a população tiver possibilidade para tal, o que inclui a medicina como aliada nesse empreendimento.

Assim, a invasão do saber médico na instituição escolar – seja com programas de promoção da saúde, seja com o largo número de laudos e até mesmo com medicalização – estará justificada pelo investimento e a colaboração na constituição de sujeitos preparados para a inserção no mundo da vida/empresa e da lógica concorrencial que nos atravessa e impõe o *ethos* neoliberal. Nessa perspectiva é que entendemos e analisamos a emergência das discussões que cercam a instituição escolar e as práticas docentes, no que tange os cuidados com a saúde e à interferência médica nos processos de aprendizagem. Para tal, lançamos mão de analisar o PSE como constituidor de modos de subjetivação e regulação de sujeito/alunos.

O Programa, lançado pelo Governo Federal em 2007, tem como base a articulação entre educação e saúde com o objetivo de oferecer mais qualidade de vida para os discentes. Visa

contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos à saúde e de atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino (BRASIL, 2007).

A apresentação do Programa no *site* do Ministério da Educação faz referência à escola como “a área institucional privilegiada deste encontro da educação e da saúde: espaço para a convivência social e para o estabelecimento de relações favoráveis à promoção da saúde pelo viés de uma Educação Integral” (PORTAL DO MEC)⁴, ou seja, a instituição é reconhecida e potencializada como espaço de produção de verdades e de relações de poder-saber que estão sendo legitimadas. Veiga-Neto (2001) frisa que a escola é espaço privilegiado para reconhecermos transformações que estão acontecendo, ou ainda acontecerão, bem como local para implementação de mudanças na lógica social.

Algumas das ações do PSE incluem avaliação clínica, nutricional, promoção da alimentação saudável, avaliações odontológicas, oftalmológicas, psicossociais, controle do calendário vacinal, prevenção e redução do consumo do álcool, prevenção do uso de drogas, promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva, educação permanente em saúde, entre outras ações que visam à promoção da saúde e a prevenção de determinados hábitos considerados “vulnerabilidades” no campo da educação. Assim, podemos compreender o PSE como um dispositivo de governo biopolítico da população, na medida em que o mesmo tem por função uma série de atividades visando não apenas à articulação da educação e da saúde, mas também a regulação da vida dos sujeitos e constituição de práticas consideradas “saudáveis” e recomendadas pelo Programa, que também são as demandas sociais do neoliberalismo.

Segundo o *site* do Governo Federal, o PSE atua em 78 mil escolas espalhadas pelo país, atendendo mais de 18 milhões de estudantes brasileiros (PORTAL DO MEC). Cabe destacar, igualmente, que as atividades do PSE não se limitam apenas aos ambientes escolares, ocorrendo em praças públicas, ginásios etc. Nessa direção, há um incentivo à participação de gestores e profissionais da saúde, mas também dos pais, e da comunidade como um todo, no combate e na prevenção de doenças. As campanhas de mobilização contra a dengue são um exemplo disso.

O processo de medicalização da educação insere-se em um amplo processo de medicalização da sociedade, tentacularizando o alcance do biopoder e da

⁴ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>>. Acesso em 07 de ago. de 2018.

biopolítica. Ao atingir um grande número de pessoas, o PSE insere-as no discurso médico de valorização da saúde, da higiene e da prevenção de doenças.

Já as matérias disponíveis no *site* do periódico *Nova Escola*⁵ são proposições acerca da interferência do saber médico, mas não enquanto modo de prevenção e promoção da saúde, pois a medicalização do ensino está configurando as práticas docentes e constituindo novos modos de subjetivação do “sujeito/aluno”. Isso ocorre com o propósito de que, ao otimizar seu tempo escolar, o aluno inclua-se na ordem concorrencial e, caso necessário, recorra ao uso da medicalização para atingir os fins convenientes ao ordenamento neoliberal

Em matéria vinculada com o título de “Um professor não usa laudo como desculpa” (2017), reconhece-se o crescimento dos termos médicos no ambiente escolar: “‘Esse aluno tem um laudo’, ‘essa aluna ainda não tem laudo, mas precisa’, ‘é certamente um caso de laudo’. Aos poucos, a linguagem médica capturou a pedagógica” (BEGUOCI, 2017). Mas o foco do artigo é entender que o aluno com laudo e medicalizado não pode ser motivo para a desistência em relação à sua aprendizagem, “Um laudo não deveria diminuir as expectativas que temos sobre os alunos. Assim, deveria, apenas, acrescentar uma informação sobre como lidar com as pessoas” (BEGUOCI, 2017), até porque, na lógica neoliberal, todos precisam estar incluídos, mesmo dentro dos seus pluralismos. Para os neoliberais, o mercado é a única possibilidade de regulação adequada ao mundo contemporâneo em que a diversidade e as pluralidades das formas de existência são características (LAGASNERIE, 2013).

Vale ressaltar também que o discurso neoliberal do investimento de si coloca os sujeitos nas relações de poder – ou melhor, nas malhas do poder – e autoriza as políticas públicas a atravessarem suas vidas, especialmente, capturando a todos pelo desejo de estarem inseridos e aptos a esta lógica da concorrência de mercado. As políticas públicas estão estrategicamente condicionadas, nesse caso, para dar condições de participação a todos, mesmo que em gradientes diferentes.

No segundo artigo⁶, cuja análise propomos, a reportagem questiona que “nunca se falou tanto da saúde mental e inteligência emocional das nossas crianças e adolescentes” (MANSANI, 2017), exigindo dos profissionais em educação uma preparação que não foi contemplada na formação recebida em suas licenciaturas. A emergência da influência médica na aprendizagem decorre do neoliberalismo, mas também do crescimento tecnológico para diagnóstico de

⁵ Disponível em: <<https://novaescola.org.br/>>. Acesso em 07/08/18.

⁶ O segundo artigo é denominado “Saúde mental: qual meu papel enquanto professora?”, escrito por Mara Mansani e veiculado em maio de 2017.

déficits de aprendizagem. A relação dos saberes-poderes médico e pedagógico estabelece-se, no artigo, quando a autora questiona “Mas qual o meu papel enquanto professora, no sentido de ajudar os alunos, já que não sou profissional da área médica?” e, tão logo, aconselha “que o assunto possa fazer parte da formação inicial e continuada dos professores, além da Educação emocional poder integrar os currículos escolares desde muito cedo na Educação Infantil” (MANSANI, 2017).

A terceira reportagem, intitulada “Como fica a questão da saúde na escola?”, questiona a saúde do professor em sala de aula. Esta é uma reflexão importante, porque não é só o aluno que precisa se constituir como *homo discentis*, mas também o professor necessita estar disposto a aprender constantemente. Não sem ressalvas, há crescente discursividade em relação às formações continuadas, bem como intervenções em sua saúde, visando também a um professor saudável, com disponibilidade, ágil e disposto. Igualmente, segundo o autor do artigo, a um professor que, vez ou outra, entenda que “não se deve abrir mão de alguns recursos, como um *check-up* frequente” (MENEZES, 2011), pois este profissional deve ser sinônimo de produtividade e aquele capaz de “enfrentar com vontade seus desafios e se envolver com seus alunos em atividades estimulantes - o que fará com que eles também se dediquem aos estudos com mais afinco” (MENEZES, 2011).

Na esteira das intervenções medicalizantes sobre as potencialidades dos sujeitos, não poderíamos deixar de referenciar o crescimento veloz do uso de ritalina, medicamento que estimula a concentração e a atenção dos jovens alunos. Segundo dados, veiculados na página virtual do periódico Nova Escola, nos últimos anos, houve um aumento de 73,5% no uso dessa droga entre crianças e jovens de 6 a 16 anos. A autora do texto inclusive reconhece que “se tornou rotina tratar com remédio problemas que não são necessariamente de saúde” (FERREIRA, 2013). E acrescenta:

Usar a medicação como única ferramenta para solucionar dificuldades de comportamento e/ou de aprendizagem é tratar questões comportamentais como algo exclusivamente biológico, desconsiderando a sua subjetividade e a maneira como o estudante é impactado pela realidade que o cerca - o que não traz bons resultados (on-line).

O que há de se frisar é que os tipos de subjetivações que cercam o aluno, a família e a própria instituição escolar são as da produtividade, do aluno que se autogoverna e se sustenta atento e concentrado para melhor se constituir como *homo discentis*. Segundo Marín-Díaz (2015), a ideia de aprendizagem e educação

permanente são basilares nas formas de condução de vidas contemporâneas. Se a medicalização apresenta-se como estratégia que produz um sujeito capaz de melhorar sua própria vida, ela, então, constituirá os processos de subjetivação em prol da construção social da demanda de sujeitos autogovernados e capazes de se “gerir como capitais humano”.

Historicamente, e na contemporaneidade, Educação e Medicina são estratégias no governo biopolítico da população. Seja na construção do Estado-nação, a fim de definir o corpo-espécie da população, seja na prevenção e medicalização da vida dos sujeitos, para constituir o *homo discentis* ou o *homo economicus* voltado a atender a nova racionalidade de governo, que é o neoliberalismo.

Considerações Finais

A contemporaneidade marca o deslocamento do discurso pedagógico para além dos processos escolares, entendido agora como um fenômeno que perpassa e acompanha a vida dos sujeitos. Conforme Rech (2013), a ordem “educação para vida toda” é o elo entre escola e sociedade – a educação permanente exige do aluno e, logo, do profissional, as mesmas características: “sujeitos que saibam, acima de tudo, governar a si mesmos, avaliar suas posturas e regular suas condutas em um espaço e tempo dinâmicos” (p. 39).

A instituição escolar enquanto espaço de captura de sujeitos, é o local de construção de subjetividades que, pelo viés do desejo, constituirá o *homo discentis*, apresentado por Noguera-Ramírez (2011). A pedagogia aliada a outros saberes-poderes, como a medicina, constrói a demanda da sociedade neoliberal contemporânea – a concorrência, o investimento de si, a formação constante e a gestão da vida como uma empresa, onde o sujeito deve se constituir como seu próprio capital. Nesse sentido, a análise do Programa Saúde na Escola e dos artigos publicados no *site* da Revista Nova Escola, na perspectiva das ferramentas-conceitos desenvolvidas por Michel Foucault, apontou que a escola continua como uma peça central nos processos de governo e gestão da vida da população. Tratou-se da emergência da racionalidade neoliberal como produtora de modos de existência que atravessam o discurso pedagógico. Discentes e docentes são subjetivados em modos de ser e estar no mundo – um mundo que exige os imperativos do investimento de si e da concorrência como condutores da produção de sujeitos.

Referências

BASTOS, Maria Helena Câmara. *A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942): o novo e o nacional em revista*. Pelotas: Seiva, 2005. 381p.

BEGUOCI, Leandro. Um bom professor não usa laudo como desculpa. *Revista Nova Escola*, 12 set. 2017. Disponível em: < <https://novaescola.org.br/conteudo/6759/um-bom-professor-nao-usa-laudo-como-desculpa>>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. DECRETO Nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. *Institui o Programa Saúde na Escola – PSE*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 de dezembro de 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm>. Acesso em: 10 out 2017.

CARVALHO, Sérgio; RODRIGUES, Camila de O.; DA COSTA, Fabrício D. ; ANDRADE, Henrique S. Medicalização: uma crítica (im)pertinente? *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 25, pp. 1251-1269, 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/physis/v25n4/0103-7331-physis-25-04-01251.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 282p.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. 413p.

DINIZ, Pery Pinto. Editorial. *Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, v. 1, n. 1, pp. 7 – 9, set. 1939.

FERREIRA, Anna Rachel. Ritalina: a escola esqueceu que é melhor prevenir do que remediar. *Revista Nova Escola*, 01 jun. 2013. Disponível em: < <https://novaescola.org.br/conteudo/1897/ritalina-a-escola-esqueceu-que-e-melhor-prevenir-do-que-remediar>>. Acesso em: 10 out. 2017.

FOUCAUL, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 572p.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 269p.

_____. Poderes e estratégias. In: _____. *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. 394p.

_____. O Sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. (Orgs.) *Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense, 2013, p. 273-295. 348p

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2014. 175p.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, 432p.

KOPP, Carlos Augusto Ferreira. Medicalização da Educação: a Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul (1939-1942). In: *XIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUHRS*, 2016, Santa Cruz do Sul. Anais do XIII Encontro Estadual de História. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2016.

LAGASNERIE, Geoffroy. *A última lição de Michel Foucault*. São Paulo: Ed. Três Estrelas, 2013. 162p.

MANSANI, Mara. Saúde mental: qual meu papel enquanto professora? *Revista Nova Escola*, 22 mai. 2017. Disponível em: < <https://novaescola.org.br/conteudo/4976/blog-de-alfabetizacao-saude-mental-qual-meu-papel-enquanto-professora>>. Acesso em: 10 out. 2017.

MARÍN-DÍAZ, Dora Lilia. *Autoajuda, educação e práticas de si: genealogia de uma antropotécnica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 271p.

MENEZES, Luis Carlos. Como fica a questão da saúde na escola? *Revista Nova Escola*, 01 abr. 2011. Disponível em: < <https://novaescola.org.br/conteudo/638/como-fica-a-questao-da-saude-na-escola>>. Acesso em: 10 out. 2017.

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. *Pedagogia e governamentalidade: ou da Modernidade como uma sociedade educativa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 268p.

POPKEWITZ, Thomas S. Sociedade de aprendizagem, cosmopolitismo, saúde pública e prevenção à criminalidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, pp 73-96, mai-ago 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8309>>. Acesso em: 04 mai. 2017.

RECH, Tatiana Luiza. A inclusão educacional como estratégia biopolítica. In: FABRIS, Elí T. Henn; KLEIN, Rejane Ramos (Orgs.). *Inclusão e Biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. pp. 25-44. 222p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, jan.-mar., 2011, pp. 225-242. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v18n1/13.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

_____. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. 1ª edição. São Paulo: Claro Enigma, 2012. 147p.

SILVA, Mozart Linhares da. *Educação, etnicidade e preconceito no Brasil*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007. 183p.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 393p.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Orgs.). *Habitantes de Babel: políticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. pp. 105-118.

Recebido em: 15/10/2017.

Aceito em: 29/05/2018.

Carlos Augusto Ferreira Kopp

Graduado em História e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul. Participa da Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos. Interesse de pesquisa pelos estudos foucaultianos, desenvolvimento tecnocientífico e constituição de sujeitos.

Contato: carlosaugustofk@gmail.com

Camila Francisca da Rosa

Graduada em História e Mestra em Educação, ambos pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Professora da Rede Estadual do Estado do Rio Grande do Sul. Participa da Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos. Interesse de pesquisa pelos estudos foucaultianos em educação, produção de narrativas identitárias e etnicidade.

Contato: camilafdarosa@gmail.com